

IDENTIDADE RACIAL E IDENTIDADE LOCAL, DEMOCRACIA RACIAL E IDEÁRIO DE BRANQUEAMENTO: A CONSTRUÇÃO DO RACISMO EM MARÍLIA/SP PELA (DES)CONSTRUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO NEGRO ENTRE 1988 E 2003.

*Leonardo Borges da Cruz
Andreas Hofbauer*

1 - Rua Dom Pedro - nº 871 - Bairro Alto Cafezal - Marília-SP – Brasil - CEP 17502040 –
borgesdacruz@ibest.com.br

2 - Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP-Marília - Av. Hygino Muzzy Filho - 737 - Campus
Universitário - Marília-SP - Brasil CEP: 17525900 – andreas@marilia.unesp.br

Palavras-chave: Identidade afrodescendente; Conselho Municipal do Negro; Branqueamento; Democracia Racial.

Área do Conhecimento: VII – Ciências Humanas

O Conselho Municipal do Negro (CMN), criado em 21 de Abril de 1988 por decreto municipal, tem sua história marcada por longos períodos de dormência no que tange à consolidação de políticas anti-discriminatórias. Um ano após sua criação poucas notícias eram veiculadas a respeito deste, além disso poucos marilienses tinham (e ainda hoje têm) ciência a respeito da existência do CMN.

Há quem afirme que as dificuldades encontradas foram em virtude da falta de consciência racial da população negra local. Também há quem diga que o CMN é apenas mais um órgão onde práticas de subversão para com o poder municipal vigoram. Sendo a questão da consciência e da cooptação de ativistas acontecimentos quase sempre verificados em contextos mais amplos e gerais, voltamo-nos para a hipótese de crise identitária decorrente e causadora da maioria dos entraves por que passam os ativistas afro-marilienses, entre outras ocorrências que escapam o âmbito das questões raciais relativas à população afro-brasileira.

O presente trabalho visa a compreensão de um aspecto das relações raciais em Marília, representado pela crise identitária do afrodescendente através dos embates ocorridos entre grupos de afro-brasileiros, e do CMN e as administrações municipais considerando as ações e inspirações dos afro-marilienses.

Objetivamos ainda a compreensão de como o ideário de branqueamento, bem como o ideal de democracia racial têm estado presente na história do CMN.

A pesquisa vem sendo realizada desde novembro de 2001 buscando a observação do pesquisador nas questões relativas ao problema dos afro-

brasileiros marilienses. Através da pesquisa participante temos buscado empreender pesquisa científica dialogando com vários componentes do movimento negro local. Inicialmente o trabalho foi composto por entrevistas aos membros do CMN e do Grupo de Educadores Negros (GEN). Após esta fase nossa atenção passou para a observação de eventos e discussões acerca das questões relativas aos afro-marilienses realizados dentro das atividades do CMN. Além destes procedimentos, há um diálogo constante com demais afrodescendentes da cidade afim de verificação e ampliação das informações até então obtidas.

A prioridade é dada ao Conselho Municipal do Negro por se tratar de peça fundamental na compreensão das relações com as sucessivas administrações municipais e por sua antiguidade. Além destes motivos, o CMN mantém atualmente relações de cooperação com o GEN e contatos com elementos de outros setores do movimento negro local, fazendo-se central no movimento negro mariliense.

A medida em que avançamos na pesquisa verificamos a mistura entre identidade racial e identidade política institucional freqüentemente se misturam no plano da ação política. Assim sendo, voltamo-nos para a discussão da conceituação antropológica das identidades política e racial do negro e suas nuances em uma cidade jovem em amplo desenvolvimento econômico e social.

Um dos resultados da pesquisa é o fato de que quase todos os membros do CMN explicam a falta de um trabalho mais consistente pela ausência de consciência da população afrodescendente local. Notamos ainda que se por um lado a questão da consciência se revela

importante, de outro a própria identificação de afrodescendentes por parte dos membros do CMN também é bastante confusa. Ora este é definido pela pobreza, ora definido pela cor de pele, e raramente por partilhar de uma cultura afro-brasileira. Entendemos assim que há dificuldade na identificação de um tipo particular característico de afrodescendente.

Com relação à assimilação cultural, diríamos que um sentimento de paixão pela origem traduzida no *status* conferido aos que partilham do carisma grupal local faz-se necessário notar que a identificação como marilienses é prioritária a identificação com a cor ou raça entre a maioria da população local, independentemente de sua cor ou raça, ou classe social.

Da sobreposição da cultura local a cultura racial, decorre a necessidade de implementar políticas educacionais que evidenciem o local e as potencialidades do elemento afrodescendente. Esta é a proposta de trabalho conjunto entre CMN e GEN.

Em virtude das diferenças de posturas entre os membros dos dois grupos verificamos que esses assumem uma ou outra identificação conforme as circunstâncias, dificultando por vezes a efetivação de um projeto unificado de melhoria de qualidade de vida voltado para os afromarilienses.

O material impresso bem como a observação participante nos levou a alguns resultados que confirmam a hipótese inicial de que a lógica do Conselho obedecia, em certo sentido, o ideal de democracia racial e o ideário do branqueamento.

Pode-se perceber que o Conselho tem evitado entrar em confronto com as estruturas do poder local político. Este fato levanta a questão até que ponto a institucionalização do Conselho pode ser considerada uma conquista da comunidade afromariliense, ou ainda se estaria o conselho levando a cabo uma série de medidas adicionais para esta parcela da população. Ora, a relação tal como está pode ser pensada como uma forma eficaz de manter símbolos de *status*, que aqueles que se associam ao prefeito detém. Algo como uma ascensão social que só será assegurada na medida em que o elemento negro assumir um branqueamento cultural, de modos. Dessa forma eles mantêm a questão racial encoberta, como se vivenciássemos uma democracia racial, ainda que com o Conselho Municipal do Negro. Algo como característico do racismo no Brasil.

Além disto, o caráter de subserviência e clientelismo da relação com o chefe político municipal é condição *sine qua non* para o bom ou mau andamento dos trabalhos do CMN. A exemplo, o CMN realizou em 20/11/1999 a 1ª Olimpíada Afrodescendente "Dr. Abelardo Camarinha". O título do evento leva o nome do prefeito municipal, cidadão de origem étnica, racial e cultural branca. Tal fato se constata na

medida em que os membros do CMN "vendem" a idéia de que devemos construir uma Marília melhor, incluindo a população afro como subserviente às práticas e costumes locais.

Queremos ainda chamar a atenção para o fato de ter-se estabelecido, desde a criação do CMN, uma gama de reivindicações que visam interesses prioritariamente individuais. As entrevistas demonstram a recorrência a debates em nível pessoal. Assim as disputas pessoais acabavam interferindo nos embates políticos ao ponto de fazer a identidade local sucumbir a afrodescendente.

Em decorrência do caráter individualista das ações observadas temos a dificuldade de efetivar um trabalho unificado entre os múltiplos atores sociais presentes. Isto explica o desconhecimento da existência do CMN na cidade de Marília na medida em que há profundo desencontro com qualquer consenso.

Por fim, o caráter individualista das ações dos membros do CMN, em conjunto com as aspiração daqueles que participam de um carisma grupal já estabelecido impedem que a identidade racial do afromariliense seja transformada em identidade de reação política para estes.